

Investimento novo na área social: Cr\$ 5 tri.

Dos Cr\$ 76 trilhões que o governo Sarney pretende gastar em 1986 na área social, cerca de Cr\$ 5 trilhões decorrem do pacote tributário em discussão no Congresso, ou de prioridades contidas no I PND da Nova República. Os Cr\$ 71 trilhões restantes já estavam consignados no Orçamento da União para 1986, não constituindo portanto novidade.

Segundo uma fonte de Brasília, os Cr\$ 5 trilhões serão alocados no programa de distribuição de leite a crianças com até sete anos de idade, complementação e extensão da merenda escolar e distribuição de medicamentos internos e produção interna e vacinas e soros.

Leite e merenda

A implantação do programa de distribuição de leite deverá ser feita por etapas: só ao final da primeira etapa, prevista para o fim do ano que vem, e que somente deverá ser atingida progressivamente, haverá 1,5 milhão de litros de leite distribuídos diariamente. As autoridades têm consciência de que a tentativa de atingir essa meta imediatamente não seria bem sucedida, por falta de oferta.

Quanto à merenda, o acréscimo consiste em oferecê-la às crianças durante todos o ano, e não somente durante o período escolar, e também aos irmãos dos escolares.

Quanto às vacinas e soros, o objetivo é a auto-suficiência brasileira. Nos três programas adicionais — assim declarados pelo governo — o desembolso de recursos tem caráter prioritário. Além disso, se a execução orçamentária gerar superávit, haverá prioritariamente recursos adicionais para dar suporte aos programas.

Previstos

— O Projeto Nordeste, um dos itens da área social, já havia sido definido no governo Figueiredo, incluindo-se já no Orçamento de 1985 — afirma o economista José Augusto Arantes Savasini, ex-secretário-geral da Seplan.

Quanto à política de estoques reguladores e subsídios a produtos agrícolas, o economista da USP adverte para o fato de que se o trigo estiver incluído, “ou o subsídio para esse produto deverá ser reduzido ou absorverá a totalidade dos recursos”. Sua estimativa é de que o subsídio ao trigo possa custar cerca de Cr\$ 20 trilhões em 1986.

Controle

Savasini tem uma sugestão aos congressistas que discutem o pacote: para que eles possam ter a convicção de que o governo cortará mesmo o que promete nos gastos públicos, em especial no item pessoal, o Congresso deve estabelecer a regra do monitoramento trimestral. Por essa regra, a cada três meses o Congresso será informado da evolução dos gastos de 1986 comparativamente aos do mesmo período de 1985. A divulgação desses dados seria ampla e se evitaria, ao final do ano, uma constatação lamentável: a alegação de que não foi possível cumprir o estabelecido. (Como ocorreu, no passado, em relação às contas que o Brasil prometia apresentar ao FMI.)